

## RELATÓRIO

**Audiência Pública Virtual “Debate sobre saúde mental e defesa da RAPS”**

**Local: Rede Social Facebook, página da Rádio e TV Câmara**

**Data: 14/04/2021**

**Horário: 10h às 11h58**

### Componentes da Mesa

**Augusto Vasconcelos** – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

**Tânia Duplatt** – Representante do Coletivo de Estudantes e Profissionais de Psicologia (Movimenta PSI)

**Mariana Luiza Alves Soares Santos** – Coordenadora das Redes de Atenção Psicossocial (SMS)

**Carolina de Andrade Dórea** – Chefe de Setor (SMS)

**Liliane Mascarenhas Silveira** – Diretora de Gestão do Cuidado (SESAB)

**João Mendes** – Diretor da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME)

**José Vanilson Torres** – Conselheiro Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

**Eduardo de Agueda Nunes Calliga** – Presidente da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia (AMEA)

**Washington Luan Gonçalves de Oliveira** – Conselheiro Presidente do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP)

### Considerações da Mesa

#### **João Mendes**

Afirmou que só o Brasil inventou esse “puxadinho” de construir uma rede que vem para substituir o antigo modelo, centrado nos hospitais, o hospitalocentrismo, mas que, a partir de 2017, um grupo de burocratas resolveu introduzir novamente justamente o equipamento que precisava ser substituído, assim o hospital psiquiátrico volta a fazer parte da rede de cuidados. Defendeu que é preciso que se discuta uma rede de atenção psicossocial considerando que o hospital psiquiátrico é exatamente o equipamento que precisa ser superado. Afirmou que é possível e eticamente recomendável construir

uma sociedade sem manicômio e que os hospitais psiquiátricos e todos os seus desdobramentos reproduzem o modelo arcaico e obsoleto forjado há três séculos. Disse que estamos no século XXI tentando oferecer para a população respostas sanitárias construídas num contexto completamente defasado. Ressaltou que a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica brasileira são projetos civilizatórios inspirados em valores inegociáveis e que um desses valores é a democracia. Explicou que a discussão sobre a mudança do modelo assistencial começou justamente quando o Brasil ainda estava sob a égide da ditadura militar, caminhando lado a lado com a luta pela redemocratização do país. Continuou dizendo que outro valor inegociável é a concepção de serviços que prezem pela liberdade e pelos direitos humanos, pois não faz sentido, e não se vê em nenhuma outra área da saúde, que para que a pessoa seja cuidada, ela tem que ser isolada e submetida a um processo de privação de liberdade, ainda que de tempo parcial, seja em casos crônicos ou agudos. Afirmou que na Bahia houve a criação do Plano Estadual de Desinstitucionalização, referente à criação de uma comissão para viabilizar condições operacionais que permitissem o descredenciamento de hospitais psiquiátricos já indicados para isso por problemas estruturais e históricos e a montagem de uma rede de serviços de caráter aberto e preservando liberdades. Ressaltou que, mesmo tendo sido este plano aprovado pela gestão municipal, Salvador continua concentrando a maior quantidade de leitos psiquiátricos em hospitais psiquiátricos e que, por isso, é necessário constituir uma comissão entre gestores estaduais e municipais para que o plano saia do papel. Finalizou dizendo que já possuem referência normativa e que o que falta agora é desengavetar o plano para então construir uma política de saúde mental antimanicomial, preservando a liberdade e garantindo a democracia.

### **Tânia Duplatt**

Afirmou que muitos estão oferecendo serviços de psicologia sem estarem credenciados para isso, inclusive a Prefeitura, que está oferecendo gratuitamente serviços de psicologia através de uma parceria público-privada, utilizando pessoas com pouca ou nenhuma experiência em clínica sem supervisão e sem treinamento prévio. Lembrou que a Prefeitura possui psicólogos aprovados em concurso que não foram chamados e que é preciso fazer a contratação. Afirmou que o coletivo vem encaminhando pessoas para os CAPS e que alguns não estão fazendo o acolhimento.

### **Eduardo Calliga**

Afirmou que é preciso que a Secretaria Municipal de Saúde trace um plano de contingenciamento e monitoramento em saúde mental no enfrentamento da Covid-19. Ressaltou que os CAPS, além de não estarem fazendo o acolhimento, não estão funcionando, sendo que a demanda em saúde mental

está crescendo. Solicitou o retorno dos serviços dos CAPS. Defendeu que o PA psiquiátrico seja renovado e mais humanizado. Afirmou que é preciso ofertar mais leitos psiquiátricos dentro do Hospital Geral como estratégia de desinstitucionalização. Disse que estão passando por um período de retrocesso e que é preciso fortalecer constantemente a luta antimanicomial. Criticou a nomeação do atual coordenador nacional de saúde mental por este demonstrar não ter entendimento sobre o que é a saúde mental e a reforma psiquiátrica. Concluiu dizendo que as comunidades terapêuticas hoje são os próprios manicômios e que a Portaria 3588/2017 incentiva a eletroconvulsoterapia em crianças e adolescentes, sendo que não se pode falar em saúde mental sem falar em políticas de redução de danos.

### **Washington Oliveira**

Afirmou que a saúde mental é umas das áreas mais negligenciadas na saúde pública. Citou que, segundo a OMS, quase um bilhão de pessoas no mundo têm algum transtorno mental, sendo que dessas, três milhões morrem todos os anos devido ao uso nocivo de álcool ou outras drogas e que, a cada 40 segundos, alguém morre por suicídio. Falou que os CAPS fazem parte da reforma psiquiátrica brasileira e que o momento de pandemia evidencia o quanto estados e municípios precisam fortalecer e aumentar os investimentos em saúde mental. Trouxe dados da OMS que apontam que, para um país ter uma saúde mental efetiva, é preciso investir 10% de todo o montante bruto de saúde e que o Brasil está muito longe disso, principalmente pela falta de articulação de serviços em rede. Afirmou que houve um aumento de 98% de buscas no google sobre transtornos mentais nos últimos meses da pandemia. Lamentou que os psicólogos não tenham sido incluídos como público prioritário na vacinação contra Covid-19, assim como os outros profissionais autônomos da área da saúde foram, afirmando que isso diz muito sobre o quanto a categoria, mesmo estando na linha de frente no cuidado da saúde mental na pandemia, não é vista como prioritária para os governos estadual e municipal.

### **José Vanilson**

Afirmou que houve a revisão da política de saúde mental em 2016, mas que não passou pelo controle social do SUS, que é o Conselho Nacional de Saúde. Questionou o fato de o programa “Consultório na rua” ter deixado de ser um programa, em 2016, e passado a ser projeto, o que pode impactar em sua continuidade, uma vez que foi criado para suprir a dificuldade de acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. Afirmou que a Portaria 69/2020, que determina

que a população em situação de rua seja internada em comunidades terapêuticas, é um retrocesso na saúde mental e contrária à luta antimanicomial.

### **Mariana Luiza Soares**

Afirmou que a secretaria de saúde tentou sustentar o funcionamento dos serviços, especialmente do tipo CAPS, mas que encontraram inúmeros desafios. Garantiu que os serviços não fecharam em momento algum, mas que as equipes sofreram bastante por conta do adoecimento dos trabalhadores e consequente redução das equipes. Lembrou que muito do trabalho dos CAPS é efetivado através do desenvolvimento de grupalidades e promoção de laços sociais e que, portanto, perderam sua principal estratégia de trabalho durante a pandemia. Disse que isso gerou agravamento de situações e sobrecarga nos profissionais. Afirmou que há dados de que alguns serviços fecharam o acolhimento, mas que a coordenadoria é muito preocupada em discutir e conhecer cada caso na tentativa de reabrir o acolhimento o mais rápido possível. Reconheceu que é um problema que estão tentando resolver porque a população não pode ficar desassistida, principalmente com o aumento da demanda em saúde mental durante a pandemia. Afirmou desconhecer a iniciativa da prefeitura de, no ano passado, ter efetivado parceria público-privada com psicólogos voluntários. Pediu para que, em momento oportuno, fosse explicado. Afirmou que há um compromisso prioritário da atual gestão com a saúde mental. Falou que está sendo elaborado o Plano Municipal de Saúde 2022-2025 e fez um apelo e chamamento para que os grupos e movimentos sociais participem e tenham a oportunidade de ter suas reivindicações contempladas. Finalizou dizendo que a coordenadoria vem investindo em educação permanente para os trabalhadores, incluindo parcerias com universidades.

### **Liliane Mascarenhas**

Afirmou que o Estado vem desenvolvendo suas ações sob orientação do Plano de Desinstitucionalização da Bahia, de acordo com os eixos: expansão e qualificação dos pontos de atenção da RAPS, investindo na entrega de equipamentos nesses pontos; desenvolvimento de estratégias de desinstitucionalização por hospitais, instituindo uma portaria de co-financiamento, necessária para estimular o serviço de residência terapêutica; desenvolvimento de educação permanente; co-financiamento de CAPS III e CAPS ADIII; processo de monitoramento e avaliação. Finalizou dizendo que o cenário da pandemia tem prejudicado algumas das ações desenvolvidas, mas que têm buscado estratégias no meio virtual, como vistorias e acompanhamento, através de

rodas de conversa em regiões do estado. Registrou que a Secretaria de Saúde encaminhou ao Ministério da Saúde ofício ratificando a defesa da RAPS antimanicomial.

## **Plenária**

### **Juliete Barreto - Movimenta Psi**

Afirmou que a reforma psiquiátrica brasileira reconhecida nacional e internacionalmente está ameaçada. Pediu que as discussões não fiquem apenas no papel. Reforçou a importância da valorização dos profissionais de psicologia. Pediu investimentos e mais contratações por parte da prefeitura.

### **Célio de Jesus**

Falou da deficiência na rede pública e privada de atenção à saúde mental. Pediu atenção a todos os atores envolvidos no serviço e tratamento das pessoas com transtornos, frisando a importância do acolhimento, orientação e informação.

## **Considerações finais**

### **João Mendes**

Sugeri que Salvador construa uma legislação municipal na área de saúde mental que preveja dotação orçamentária, modelo assistencial, entre outras questões, pois embora exista legislação em âmbito nacional nesse sentido, é preciso que a lei esteja ajustada às necessidades locais de cada município. Comentou sobre a parte do Plano que trata do desenvolvimento de estratégias de desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos, com composição de equipe de desinstitucionalização. Defendeu que este é o momento oportuno para encontrar alinhamento entre as gestões estadual e municipal para definitivamente compor essa comissão que vai acelerar o processo de desinstitucionalização. Pediu que saíssem da audiência com o compromisso de viabilizar o encontro entre as duas gestões.

## **Tânia Duplatt**

Lembrou que é preciso repensar as equipes dos dispositivos de saúde mental, considerando os novos dados censitários e epidemiológicos. Reforçou que as equipes precisam cumprir a carga horária de 40h semanais, pois com poucos profissionais e pouca carga horária não se alcança o que é necessário. Lembrou que o Deputado Jorge Solla, em sua gestão como Secretário de Saúde, deu uma grande atenção à saúde mental, possibilitando o aumento do número de CAPS. Defendeu que é preciso haver um movimento semelhante, redimensionando equipes e ampliando serviços.

## **Eduardo Calliga**

Afirmou que a RAPS é fragilizada e que é preciso acabar com os manicômios estruturais. Solicitou a criação de um centro de convivência de saúde mental no município. Reforçou a importância do fomento a uma política municipal de saúde mental e de se manter em evidência os três pilares fundamentais da saúde mental e da luta antimanicomial: o cuidado em liberdade; a garantia de direitos e cuidados no território; e a consolidação e ampliação dos serviços de atenção psicossocial. Finalizou pedindo que aconteça a sessão especial referente ao dia nacional da luta antimanicomial na Câmara, no mês de maio, de forma virtual, para lembrar da importância dessa luta.

## **Washington Luan**

Afirmou que o sistema Conselho de Psicologia, composto pelo Conselho Federal e 24 regionais tem discutido e feito articulações para que aconteça 5a Conferência de Saúde Mental, pois é uma forma de defender a participação social, que é um dos pilares do Sistema Único de Saúde (SUS). Lembrou da importância de se oferecer condições dignas de trabalho aos psicólogos e psicólogas.

## **Mariana Luiza Soares**

Ratificou o compromisso da atual gestão com o modelo de atenção psicossocial centrado no território, o modelo antimanicomial. Afirmou que embora haja retrocessos a nível nacional, a Prefeitura mantém o direcionamento de construir uma RAPS de qualidade, pois o cuidado de saúde mental só pode ser construído em rede. Afirmou que está previsto no plano de governo da atual gestão a requalificação de 13 CAPS, o funcionamento 24h dos CAPS III, a reestruturação das equipes, o compromisso com a desinstitucionalização e a previsão de implantação de novas residências terapêuticas até 2025, em conjunto com o governo do estado.

## **Liliane Mascarenhas**

Colocou a Secretaria à disposição e comentou sobre a necessidade da formação de um comitê gestor, questão que faltou no plano.

## **Augusto Vasconcelos**

Agradeceu a participação dos representantes dos órgãos municipais e estaduais e todas as entidades presentes. Comentou a importância da unidade de todos os presentes pelo fortalecimento das redes de atenção psicossocial e pelo enfrentamento à estratégia adotada pelo governo federal, nos últimos anos, de fortalecimento de uma visão hospitalocêntrica, que é contraditória com a política nacional de saúde mental aprovada pela lei 10.216/2001. Agradeceu aos técnicos da TV Câmara e da Ouvidoria.

### **Sistematização dos encaminhamentos:**

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência e envio para as Secretarias.

Salvador, 22 de abril de 2021.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065